



*Plataforma Saúde
em Diálogo*

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PORTUGAL

DO OBSERVATÓRIO EUROPEU DOS SISTEMAS E POLÍTICAS DE SAÚDE

No passado dia 27 de Abril, na Aula Magna do Instituto de Medicina Tropical, teve lugar a apresentação do Relatório de Portugal sobre os sistemas e políticas de saúde, trabalho desenvolvido no âmbito do “Health Systems in Transition (HiT)”

Os relatórios do HiT fazem uma descrição detalhada do sistema de saúde de cada país, bem como das reformas e iniciativas políticas em curso ou em processo de desenvolvimento, abrangem os países da Região Europeia da OMS, bem como alguns outros países da OCDE. Os relatórios procuram apresentar informação relevante para apoiar decisores políticos e analistas no desenvolvimento dos sistemas de saúde na Europa, tendo o objetivo de facilitar a comparação entre países.

O Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde é uma parceria que inclui os governos de vários países, a Organização Mundial da Saúde, a Comissão Europeia, o Banco Mundial, a London School of Economics and Political Science e a London School of Hygiene & Tropical Medicine.

O coordenador deste Relatório, por parte de Portugal, foi o Professor Jorge Simões, a quem coube, fazer a apresentação do Relatório.

Começou por referir que os Relatório obedecem a um modelo comum, por forma a facilitar a comparação entre países.

A comparação de Portugal com o contexto internacional, olhando para os recursos alocados (despesas em saúde) e para os resultados (esperança de vida à nascença e aos 65 anos), mostra que o sistema de saúde português, está entre os mais eficientes da Europa.

No contexto europeu, os recursos públicos gastos em saúde, em Portugal, corresponde a 64,7% dos gastos totais em saúde (a média da Europa é de 76%), estimando-se os custos directamente suportados pelos cidadãos em 26,8% em 2014 e em 27,6 em 2015. Estas são percentagens elevadas.

Contudo, o grande falhanço verifica-se a nível dos anos de vida com qualidade, em que estamos muito abaixo no nível médio europeu.

O sector privado tem vindo a crescer nos últimos anos, fenómeno que se explica, em parte, pelas listas de espera no sector público.

São também de destacar as desigualdades em saúde determinadas pela geografia, pelos rendimentos, pela falta de literacia em saúde.

Falta pensamento estratégico, pensado, concertado. Existe pouca articulação entre Ministérios (Saúde, Segurança Social, Ambiente, Agricultura, Justiça).



As medidas anteriores (redução dos salários e de outras despesas) estão esgotadas. A sustentabilidade do SNS reside fundamentalmente no crescimento do orçamento da saúde e na melhoria da eficiência na organização e funcionamento das unidades do SNS.

O sector dos cuidados de saúde primários em Portugal deverá desempenhar um papel fundamental e crescente na prestação de cuidados de saúde a uma população envelhecida e caracterizada por uma grande sobrecarga da doença crónica.

Importa continuar a reforma dos cuidados de saúde primários e prosseguir o objectivo de atribuir a todo o cidadão médico de família.

As Unidades de Saúde Familiares (USF) devem ver o seu papel definido em termos claros, por forma a conseguirem ser, no futuro, importantes agentes de promoção da saúde e de prevenção da doença.

Ainda a nível dos cuidados de saúde primários, as duas grandes prioridades deverão ser: 1) apoiar e expandir áreas de excelência e de inovação; 2) preencher alguma lacunas a nível da prevenção e da coordenação com outros níveis de cuidados.

O sistema de saúde continua centrado no médico. Só muito recentemente se iniciou a discussão sobre uma mais eficiente combinação entre profissionais de saúde, nomeadamente sobre a figura do Enfermeiro de Família.

Desafios:

Áreas a melhorar – cuidados paliativos, saúde mental, saúde oral;

Planeamento e pagamento dos recursos humanos;

Ordenamento e gestão hospitalar – planear, reorganizar e racionalizar evitando desequilíbrios (excesso de oferta nuns locais e oferta insuficiente noutros locais);

Combater as iniquidades;

Conectar as diversas fontes de dados de saúde que já existem.

Outro desafio importante é o da participação da sociedade civil no desenho e avaliação das políticas de saúde e o *empowerment* dos cidadãos. A criação do Conselho Nacional de Saúde, incluindo representantes dos doentes, profissionais de saúde, municípios, universidades e outras entidades, pode representar um passo importante nesse sentido.

Ao Professor Paulo Ferrinhos, coube resumir e fazer as conclusões do painel de discussão no qual participaram Constantino Sakellarides, Ema Paulino, Francisco Ventura Ramos e Josep Figueras:

1. Podemos estar satisfeitos com os resultados do Relatório. Contudo, existem algumas preocupações (anos de vida com qualidade, desigualdades, forma como usamos os medicamentos);
2. Existe consenso sobre a necessidade de expandir a rede de cuidados primários bem como a prestação de cuidados de longa duração. A divergência não está no modelo do sistema mas na forma como se encaram os seus principais objectivos;



*Plataforma Saúde
em Diálogo*

3. Grande desafio – a sustentabilidade do SNS (aposta na reforma hospitalar, na melhor eficiência dos recursos, reconhecer a importância de a saúde estar presente em todas as políticas);
4. Falta fazer a ponte entre as evidências demonstradas no Relatório e os decisores políticos, é necessário algum activismo e a comunicação social pode desempenhar um papel importante a este nível;
5. Próxima geração de HiTs terá que incluir o tópico – importância das políticas europeias nos sistemas de saúde nacionais.

Este é um apanhado geral do que foi dito na manhã do dia 27 de Abril aquando da apresentação do Relatório de Portugal sobre os sistemas e políticas de saúde. Aconselha-se a leitura integral do Relatório (em anexo) e chamamos especial atenção para o que se diz a pgs. 132 sobre o papel dos cuidadores informais.